



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Credenciamento nº 001/2026

Processo nº 001/2026

Inexigibilidade nº 001/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CONFORME A TABELA SUS (SIGTAP), PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

O Município de Presidente Olegário/MG, por intermédio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, em atenção ao Pedido de Esclarecimentos apresentado pela empresa **Viva Mais Clínica de Saúde Ltda.**, vem prestar os esclarecimentos abaixo, com fundamento no Edital nº 001/2026, na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e formalismo moderado.

1. SOBRE O ITEM 5 – HABILITAÇÃO E SANEAMENTO

1.1. Possibilidade de saneamento

Considerando que se trata de procedimento de credenciamento com vigência de 5 (cinco) anos, não há fixação de prazo específico para saneamento documental.

A documentação apresentada será analisada e, enquanto não estiver completa, regular e válida, o interessado não será credenciado, podendo apresentar ou atualizar os documentos a qualquer tempo dentro do prazo de vigência do credenciamento.

Eventuais inconsistências serão comunicadas por meio do chat da plataforma LICITANET, com envio automático de aviso ao e-mail cadastrado, não havendo aplicação de penalidade, mas apenas a não efetivação do credenciamento até a regularização da documentação.

1.2. Sobre o item 5.5, “b”, “inadimplência” e “nota desabonadora”



Para fins de interpretação do item 5.5, alínea “b”, do Edital, considera-se inadimplente com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade ou profissão o interessado que se encontre em situação de irregularidade formal e vigente perante o respectivo órgão competente, caracterizada pela ausência de inscrição obrigatória, pela inscrição suspensa ou cancelada, pela inexistência ou invalidade de licença, autorização ou alvará exigido para o exercício da atividade, ou por outra irregularidade que impeça legalmente o exercício profissional. O mero atraso no pagamento de anuidades ou taxas não será considerado inadimplência para fins de inabilitação, desde que não resulte em suspensão, cancelamento ou impedimento formal do exercício da atividade.

A regularidade será comprovada mediante certidão de regularidade ou documento equivalente emitido pelo respectivo conselho profissional ou órgão fiscalizador competente, ou por outro documento oficial idôneo que ateste a situação regular da pessoa jurídica e, quando aplicável, de seu responsável técnico.

Entende-se por “nota desabonadora” exclusivamente aquela decorrente de sanção administrativa definitiva, regularmente aplicada pelo órgão fiscalizador competente, após a conclusão do devido processo legal, com decisão final na esfera administrativa. Não se enquadram como nota desabonadora, para fins de inabilitação, autos de infração sem decisão definitiva, processos administrativos em andamento, notificações, denúncias, comunicações preliminares ou apontamentos que não tenham resultado em sanção administrativa definitiva.

Na hipótese de existência de apontamento não definitivo, será assegurado ao interessado o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar esclarecimentos e documentos comprobatórios antes de eventual decisão de inabilitação, nos termos previstos neste Edital.

Somente serão consideradas relevantes, para fins de inabilitação, as sanções administrativas definitivas que estejam vigentes à data da análise da documentação de habilitação, não sendo consideradas aquelas já cumpridas, prescritas ou que não produzam mais efeitos legais.

1.3. Sobre o item 5.5, “c”, descumprimento anterior e “descumprimento de cláusulas contratuais”



Para fins de interpretação do item 5.5, alínea “c”, do Edital, a expressão “descumprimento de cláusulas contratuais” refere-se exclusivamente a hipóteses de inexecução contratual grave ou reiterada, devidamente caracterizadas, motivadas e formalmente registradas pela Administração, não abrangendo descumprimentos meramente formais, falhas pontuais ou ocorrências de baixa relevância que não tenham comprometido a execução do objeto contratado ou o interesse público.

A inabilitação fundada em descredenciamento ou desconstratação anterior exige, necessariamente, a existência de processo administrativo regular, no qual tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa, com decisão administrativa final que tenha reconhecido a irregularidade na execução contratual ou o descumprimento relevante de cláusulas contratuais. Para fins de comprovação, serão considerados documentos oficiais tais como decisão administrativa conclusiva, portaria ou despacho de descredenciamento ou rescisão contratual motivada, relatório técnico conclusivo da unidade demandante ou outro documento formal equivalente que evidencie a apuração regular dos fatos.

O descredenciamento ou desconstratação anterior somente será considerado relevante quando ocorrido dentro do prazo de até 5 (cinco) anos anteriores à data da análise da habilitação, contado da decisão administrativa final que reconheceu a irregularidade, não sendo admitida a inabilitação com base em eventos pretéritos remotos que não produzam mais efeitos jurídicos.

Para os fins do item 5.5, alínea “c”, considera-se “irregularidade na execução” a conduta do contratado que tenha resultado em prejuízo à Administração, comprometimento da qualidade, da continuidade ou da segurança dos serviços prestados, descumprimento de obrigações essenciais do contrato ou reincidência de falhas relevantes, devidamente apuradas em processo administrativo. A avaliação levará em conta a gravidade da conduta, a extensão dos danos, a reincidência e as circunstâncias do caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

1.4. Divergência entre o item 5.5 “c” e a cláusula 6.4 “c”

Em relação à divergência identificada entre o item 5.5, alínea “c”, e a cláusula 6.4, alínea “c”, esclarece-se que a Secretaria Municipal de Saúde é o órgão competente para proceder à avaliação acerca de eventual descredenciamento ou desconstratação anterior decorrente de irregularidade na execução dos serviços ou descumprimento relevante de



cláusulas contratuais, por se tratar da unidade técnica diretamente responsável pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto deste credenciamento.

A menção diversa constante do item 5.5, alínea “c”, decorre de erro material, não havendo intenção de atribuir competência distinta entre os dispositivos. Para fins de interpretação e aplicação do Edital, prevalecerá a competência da Secretaria Municipal de Saúde para a referida avaliação, observados o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

Será promovida a devida retificação do Edital, com o objetivo de uniformizar a redação dos itens 5.5, alínea “c”, e 6.4, alínea “c”, conferindo-lhes coerência e segurança jurídica, sem alteração do conteúdo material das exigências de habilitação.

1.5. Prazos para pedido de esclarecimentos e impugnação

Quanto aos prazos para apresentação de pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnação ao instrumento convocatório, esclarece-se que todas as dúvidas, pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital deverão ser protocolados exclusivamente em momento anterior à realização da sessão pública inaugural, indicada no quadro-resumo do Edital, sendo intempestivos aqueles apresentados após a sua realização.

Considerando que a sessão pública inaugural marca a abertura formal do procedimento de credenciamento e o início da análise da documentação apresentada, não será admitida a retificação do Edital após a sua realização, em observância aos princípios da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os interessados. Assim, eventuais questionamentos quanto às regras, critérios, exigências ou condições estabelecidas no Edital devem ser obrigatoriamente suscitados antes da sessão inaugural, sob pena de preclusão.

O Município analisará e decidirá os pedidos de esclarecimentos ou impugnações apresentados tempestivamente no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do respectivo protocolo. Eventuais ajustes ou correções que se façam necessários serão formalizados e devidamente publicados antes da sessão pública inaugural, não sendo admitida alteração do conteúdo editalício após esse marco.

Desse modo, as sessões subsequentes previstas no Edital destinam-se exclusivamente à análise de novos pedidos de credenciamento e à habilitação de interessados, não se prestando à reabertura de prazos para esclarecimentos, impugnações



ou alterações do instrumento convocatório, o qual permanece íntegro e inalterado após a sessão inaugural.

1.6. Credenciamento após a sessão inaugural, adesão contínua:

Em relação ao credenciamento após a realização da sessão pública inaugural, esclarece-se que, em razão da natureza jurídica do procedimento de credenciamento, os interessados poderão protocolar a documentação e requerer o credenciamento a qualquer tempo durante a vigência do Edital, inclusive após a sessão inaugural, desde que atendidas integralmente as condições e exigências nele estabelecidas.

Os pedidos de credenciamento apresentados após a sessão pública inaugural serão analisados em sessões subsequentes, a serem realizadas conforme previsto no Edital. Para fins de inclusão em sessão subsequente, o interessado deverá, após a inserção completa da documentação na plataforma eletrônica Licitanet, formalizar solicitação por meio do e-mail institucional indicado no Edital, observando-se que as sessões subsequentes ocorrerão, via de regra, na segunda-feira subsequente ao recebimento da solicitação, conforme a organização administrativa do Município.

As sessões subsequentes terão por finalidade exclusiva a análise da documentação apresentada pelos novos interessados e a deliberação quanto à habilitação ou não ao credenciamento, não se destinando à reabertura de prazos para esclarecimentos, impugnações ou alterações do instrumento convocatório.

A realização das sessões subsequentes e os respectivos resultados serão devidamente publicados nos meios oficiais indicados no Edital, especialmente no sítio eletrônico do Município e na plataforma Licitanet, sendo os interessados cientificados de forma eletrônica e individualizada, nos termos previstos no instrumento convocatório.

1.7. Regra dos “90 dias” para documentos sem vigência, marco temporal em credenciamento contínuo (cláusula 4.7.3):

Em relação à regra prevista na cláusula 4.7.3 do Edital, que estabelece que os documentos que não possuírem prazo de vigência deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura da sessão pública inaugural, esclarece-se que tal



disposição tem aplicação exclusiva em relação aos documentos apresentados para análise na sessão inaugural.

Considerando a natureza do procedimento de credenciamento, que admite a adesão contínua de interessados ao longo de toda a vigência do Edital, para os pedidos de credenciamento protocolados após a sessão pública inaugural, o marco temporal a ser observado para fins de aferição da validade dos documentos que não possuam prazo de vigência será a data do protocolo do respectivo pedido de credenciamento pelo interessado, e não a data da sessão inaugural.

Essa interpretação será adotada pela Administração com o objetivo de evitar restrição indevida à participação, bem como de assegurar tratamento isonômico entre os interessados que ingressarem em momentos distintos do procedimento, garantindo que todos sejam avaliados segundo critérios equivalentes, proporcionais e compatíveis com o momento de sua adesão ao credenciamento.

Por fim, esclarece-se que os questionamentos remanescentes constantes do pedido de esclarecimentos, a partir do item 2, por tratarem de aspectos técnicos relacionados à execução dos serviços, critérios operacionais, escala de atendimento e parâmetros assistenciais, serão analisados e respondidos pela Secretaria Municipal de Saúde, órgão técnico competente para se manifestar sobre tais matérias, nos termos de suas atribuições legais e administrativas.

Presidente Olegário, 22 de janeiro de 2026

Camila Fonseca da Silva

Agente de Contratação